

IMPACTOS DA BNCC E DA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CURRÍCULO ESCOLAR: SENTIDOS EM DISPUTA NO ENSINO DE BIOLOGIA (2017-2023)

Telma Rodrigues da Silva Benetti ¹
Maria Aparecida Lima dos Santos ²

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do doutorado em Educação, cujo objetivo é identificar, descrever e analisar os impactos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Contrarreforma do Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, sobre o ensino de Biologia na Educação Básica, analisando centralmente o Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS). Adotando uma perspectiva teórico-metodológica ancorada nos estudos de currículo como prática discursiva, e na teoria social do discurso, a investigação articula conceitos como recontextualização, hegemonia e disputa de sentidos no campo educacional. Metodologicamente, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica do tipo estado da arte, com foco na produção acadêmica entre 2017 e 2023. Os resultados parciais apontam para um processo de esvaziamento do ensino de Biologia enquanto disciplina escolar, progressivamente subsumida à área de Ciências da Natureza, o que acarreta a fragmentação do conhecimento, a descontinuidade de saberes historicamente consolidados e a descaracterização do ensino de Biologia como campo de saber autônomo. Observa-se que a centralidade das avaliações externas e a priorização de competências instrumentais, em consonância com os preceitos do ideário neoliberal, têm orientado as reformas curriculares, afastando o ensino das Ciências da Natureza de uma abordagem crítica e significativa. A pesquisa evidencia, ainda, a escassez de produções que discutam o ensino de Biologia em suas especificidades, indicando um campo em disputa e a necessidade de fortalecer análises críticas sobre o currículo escolar no contexto das políticas educacionais atuais.

Palavras-chave: Ensino de Biologia, BNCC, Contrarreforma do Ensino Médio, Políticas Curriculares.

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, as políticas de formação de professores no Brasil vêm passando por transformações que impactam diretamente os modos de pensar, planejar e organizar os projetos de cursos e seus currículos. Ao abandonar o paradigma da racionalidade técnica e adotar o paradigma da racionalidade prática, no início do século XXI, os dispositivos normativos criados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) apresentaram um discurso sobre o currículo da formação inicial e continuada que merece ser problematizado, sobretudo, por serem vistos como um elemento redentor, cujo papel é salvar

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, GEPEH/UFMS, telma.rodrigues@ufms.br;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Faculdade de Educação - FAED/PPGEDU/UFMS; GEPEH/UFMS, maria.lima-santos@ufms.br.



a educação no país do fracasso escolar, do abandono e da precarização do trabalho docente, bem como das condições estruturais precárias das escolas públicas. Nesse contexto, o currículo tem sido instituído como o centro do investimento, pois é operado nessas políticas como o lugar que teria a função de diminuir os problemas e eliminar as desigualdades (Santos; Andrade, 2021).

Ao longo desse processo, observa-se a emergência de políticas curriculares fortemente influenciadas por discursos globais de padronização e performatividade, que tendem a reduzir o currículo à prescrição de competências e habilidades mensuráveis. A promulgação da Lei nº 13.415/2017, que instituiu o chamado Novo Ensino Médio, representa um marco nesse percurso, ao reformular a estrutura da Educação Básica e consolidar um modelo de flexibilização curricular que se ancora na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa legislação, conforme argumenta Ferreira (2017), constitui parte de uma Contrarreforma do Ensino Médio, cujas diretrizes expressam a incorporação da lógica empresarial à educação pública, deslocando o sentido formativo da escola em direção a uma racionalidade instrumental e utilitarista.

Nesse cenário, o ensino de Biologia, tradicionalmente reconhecido por seu potencial de problematizar a vida e os processos naturais em suas dimensões sociais, culturais e éticas, passa por um processo de esvaziamento e reconfiguração. Observa-se a progressiva diluição da disciplina na área de Ciências da Natureza, em nome de uma suposta interdisciplinaridade, o que resulta na fragmentação dos conteúdos e na perda de identidade de um campo de saber historicamente consolidado. Essa fragmentação não ocorre de modo neutro, mas como efeito de um projeto educacional alinhado ao ideário neoliberal, que redefine os papéis da escola, dos professores e dos conhecimentos escolares (Laval, 2019; Franzi, 2020).

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, vinculada ao doutorado em Educação, cujo objetivo é identificar, descrever e analisar os processos de construção, regulamentação e implementação do Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), observando os impactos dessas políticas na organização do trabalho pedagógico, com especial ênfase nas decorrências para o trabalho docente e para o ensino de Biologia. Parte-se do pressuposto de que as reformas curriculares recentes configuram uma arena discursiva de disputas, na qual diferentes sujeitos e instituições produzem, negociam e recontextualizam sentidos sobre o que deve ser ensinado e aprendido na escola.



Adotamos, assim, uma perspectiva teórico-metodológica ancorada nos estudos de currículo como prática discursiva (Lopes; Macedo, 2011) e na teoria social do discurso (Laclau; Mouffe, 2015), compreendendo o currículo como texto e como prática, permeado por relações de poder e hegemonia. Essa abordagem permite problematizar as políticas curriculares não como prescrições técnicas, mas como produções discursivas que expressam e disputam projetos societários. Os conceitos de recontextualização, hegemonia e disputa de sentidos são centrais para compreender o modo como as políticas nacionais — como a BNCC e o Novo Ensino Médio — são reinterpretadas e ressignificadas nos contextos locais de implementação, a exemplo do CRMS.

Nesse sentido, propomos examinar os sentidos atribuídos pelos diferentes sujeitos atuantes no ciclo de políticas (Ball, 2014), que envolve tanto a produção do texto político quanto sua tradução na prática escolar, a fim de obter elementos que permitam vislumbrar as características dos projetos de sociedade e de educação em disputa. O ensino de Biologia, nesse cenário, torna-se um campo privilegiado para observar essas tensões, na medida em que a disciplina tem sido constantemente reconfigurada por discursos que priorizam competências instrumentais e resultados avaliativos em detrimento de uma formação científica crítica e emancipatória.

Como parte do processo de elaboração da hipótese de pesquisa, optou-se pela realização de uma revisão bibliográfica do tipo estado da arte (Ferreira, 2002; Morosini, 2021), com o intuito de mapear a produção acadêmica entre 2017 e 2023 acerca das relações entre BNCC, Novo Ensino Médio e ensino de Biologia. Essa etapa busca formular posteriormente um estado da questão, permitindo situar a pesquisa no campo teórico e metodológico das políticas curriculares e potencializar o grau de ineditismo da investigação.

A pesquisa encontra-se vinculada aos projetos “A Base Nacional Comum Curricular e o discurso da qualidade de ensino como indutor de políticas da educação básica e de formação de professores no Brasil”, financiado pelo edital Universal 2022, e “A formação de professores no contexto das políticas educacionais: a implementação e as relações entre o Novo Ensino Médio, a BNCC e a BNC-FP” (2023/2028), financiado pelo edital Universal 2023 – código de financiamento 001, contando ainda com o apoio institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Dessa forma, o presente artigo situa-se no cruzamento entre as políticas de currículo, a formação docente e o ensino de Biologia, buscando compreender como os discursos neoliberais



e gerenciais vêm influenciando a configuração do conhecimento escolar e o sentido formativo da escola pública brasileira. Nas seções seguintes, apresentamos os referenciais teóricos que fundamentam a análise, a metodologia empregada e os resultados parciais obtidos, que apontam para um cenário de intensificação das disputas discursivas e de fragilização da Biologia como campo autônomo de saber na Educação Básica.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, ancorada na perspectiva crítico-discursiva do currículo, e fundamenta-se em uma revisão bibliográfica do tipo estado da arte, cujo propósito é mapear, analisar e sistematizar a produção acadêmica nacional referente ao ensino de Biologia, às políticas curriculares e à formação docente no Brasil, especialmente no contexto das reformas educacionais decorrentes da BNCC e da Lei nº 13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio. Ao situar-se no campo das políticas educacionais, esta investigação busca compreender como os discursos hegemônicos sobre currículo, qualidade e competências vêm sendo produzidos, recontextualizados e disputados nos diferentes espaços da política educacional, em particular na formulação do CRMS.

Entendemos o currículo como prática discursiva e cultural, isto é, como um campo de produção e circulação de sentidos (Lopes; Macedo, 2011), no qual diferentes sujeitos e instituições constroem significados sobre o que deve ser ensinado e aprendido. Tal concepção rompe com visões tecnicistas que tratam o currículo como um simples instrumento de prescrição de conteúdos, compreendendo-o, antes, como um espaço simbólico permeado por relações de poder, hegemonia e disputa. Nesse horizonte, inspiramo-nos na Teoria Social do Discurso proposta por Laclau e Mouffe (2015), que concebe o social como um campo de antagonismos, em que diferentes grupos e projetos de sociedade lutam pela fixação provisória de sentidos. Assim, as políticas curriculares são compreendidas como práticas discursivas que articulam e legitimam determinadas visões de mundo, ao mesmo tempo em que excluem outras, num processo contínuo de recontextualização e hibridização.

A análise também considera o papel das políticas curriculares na produção de novas subjetividades alinhadas à racionalidade do capital, o que se manifesta na ênfase crescente em competências instrumentais, resultados e performatividade. Esse movimento tem sido acompanhado por ideologias conservadoras e pela ascensão de discursos ultraliberais e autoritários no espaço público brasileiro, que afetam diretamente o campo educacional. Assim, compreender o currículo como arena de disputas discursivas implica reconhecer a educação



como território político, no qual se definem e se contestam os sentidos de formação humana, cidadania e docência.

A metodologia adotada segue os preceitos das pesquisas do tipo estado da arte (Ferreira, 2002; Morosini, 2021), caracterizadas por um levantamento sistemático, analítico e inventariante da produção científica. O objetivo central é identificar quais temas, abordagens teóricas e categorias vêm sendo privilegiados no período entre 2017 e 2023, revelando tendências, convergências e lacunas na discussão sobre o ensino de Biologia e as reformas curriculares recentes. Essa estratégia permite construir uma visão panorâmica e, ao mesmo tempo, crítica do campo, situando a presente investigação no interior de um debate mais amplo sobre a reconfiguração das disciplinas escolares e das práticas docentes.

Complementarmente, a revisão bibliográfica servirá de base para a elaboração de um estado da questão (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004), voltado à delimitação conceitual e analítica do problema de pesquisa. Essa etapa envolverá a seleção criteriosa de fontes — artigos científicos, dissertações, teses, livros e documentos oficiais —, priorizando a relevância temática, a atualidade e a consistência teórica. Em seguida, será realizada uma leitura analítica e interpretativa, com vistas à categorização e sistematização dos dados em torno de eixos como: (a) disputas curriculares e políticas de regulação; (b) transformações do ensino de Biologia no contexto do Novo Ensino Médio; e (c) implicações para a formação docente e o trabalho pedagógico.

A análise dos dados será orientada pela perspectiva discursiva, buscando identificar regularidades, deslocamentos e silenciamentos presentes nas produções examinadas. Essa leitura crítica permitirá compreender como determinadas narrativas sobre o ensino de Biologia e sobre o currículo das Ciências da Natureza se tornaram hegemônicas, e de que modo outras vozes têm tensionado esses discursos.

Por fim, essa etapa inicial fornecerá os subsídios teórico-analíticos para as próximas fases da investigação, que incluirão a análise documental do CRMS e a identificação dos impactos concretos dessas políticas na organização escolar, na constituição da docência e na configuração do ensino de Biologia na Educação Básica. Trata-se, portanto, de uma abordagem que integra teoria e método em um movimento de interpretação crítica, voltado à compreensão das disputas discursivas que atravessam a política curricular contemporânea.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Objeto desta apresentação e em elaboração como parte da construção de nosso projeto e fundamentação de nossa hipótese de pesquisa em nível de doutorado, consideramos relevante situar o ensino de Biologia no contexto contemporâneo, no qual a disciplina passa a ser resumida a um simples “componente curricular” inserido em uma “área de conhecimento”, conforme a nomenclatura adotada pelas políticas curriculares atuais. Essa mudança não é meramente terminológica, mas expressa uma reconfiguração profunda do papel do conhecimento científico e da docência no interior da escola, em sintonia com o ideário neoliberal e com a racionalidade técnica que têm orientado as reformas educacionais no país.

Os primeiros achados do levantamento bibliográfico, realizado como etapa inicial da revisão do tipo estado da arte, indicam que o ensino de Biologia, no contexto brasileiro, tem sido historicamente afetado por diferentes projetos societários e políticas educacionais. A literatura revisada aponta que, durante o período da ditadura militar, prevaleceu um modelo curricular fortemente tecnicista, que priorizava a eficiência e o controle em detrimento da formação crítica, restringindo a autonomia docente e reduzindo o ensino de Biologia à transmissão de conteúdos descontextualizados (Nascimento Filho; Almeida; Oliveira, 2021). Esse modelo consolidou uma visão instrumental da disciplina, vista mais como meio de formação para o trabalho do que como espaço de reflexão sobre a vida e suas dimensões éticas, sociais e ambientais.

Nas produções mais recentes, especialmente a partir da Lei nº 13.415/2017 e da implementação da BNCC, emergem novas críticas ao processo de desdisciplinarização e à consequente marginalização da Biologia em detrimento das áreas priorizadas pelas avaliações externas e pelas competências gerais de caráter instrumental. Autores como Machado e Meirelles (2020) apontam que a Contrarreforma do Ensino Médio promoveu uma reorganização curricular pautada na lógica da flexibilização e da empregabilidade, o que resultou na perda de identidade das disciplinas e no enfraquecimento de seus referenciais epistemológicos. A Biologia, nesse contexto, é diluída em macrotemas e competências amplas da área de Ciências da Natureza, sendo progressivamente desvinculada de seu potencial formativo crítico e reflexivo.

Esses estudos revelam que o processo de reconfiguração neoliberal da escola incide diretamente sobre o ensino de Biologia, tanto em sua estrutura curricular quanto em sua finalidade educativa. O deslocamento do foco dos conteúdos científicos para o



desenvolvimento de competências “para o mundo do trabalho” reflete a incorporação da racionalidade gerencial ao currículo (Laval, 2019), transformando o conhecimento em mercadoria e o estudante em “empreendedor de si mesmo”. Nesse sentido, as reformas educacionais operam não apenas uma reorganização curricular, mas também a produção de novas subjetividades, moldadas pela lógica da competitividade, da mensuração e do desempenho individual.

A análise preliminar das fontes permitiu identificar três categorias centrais que estruturam o debate atual sobre o ensino de Biologia no contexto da BNCC e do Novo Ensino Médio:

(1) A fragilização curricular das Ciências da Natureza, que evidencia a redução da carga horária e a diluição das disciplinas em eixos temáticos amplos;

(2) A subordinação da Biologia à lógica gerencial e performativa das avaliações externas, que define o que deve ser ensinado a partir de indicadores de rendimento e não de fundamentos científicos ou pedagógicos; e

(3) A construção de subjetividades compatíveis com a racionalidade neoliberal, voltadas ao desempenho individual e à adaptação ao mercado, em detrimento da formação crítica e cidadã.

Essas categorias emergem de forma recorrente nos estudos analisados e serão mobilizadas como eixos interpretativos na etapa seguinte da pesquisa, que contemplará a análise documental do CRMS. O objetivo será observar como essas disputas discursivas se materializam no documento e quais sentidos de ensino de Biologia são privilegiados ou silenciados em sua estrutura. Espera-se identificar, nessa análise, como o CRMS traduz, recontextualiza e localiza os discursos nacionais da BNCC e da Contrarreforma do Ensino Médio, revelando as tensões entre as dimensões pedagógicas, políticas e ideológicas que permeiam o campo curricular.

Em síntese, os resultados parciais indicam que o ensino de Biologia encontra-se em um processo de reconfiguração que ameaça sua autonomia disciplinar e sua função crítica na formação dos estudantes. Ao mesmo tempo, evidenciam a necessidade de fortalecer análises que compreendam o currículo como prática discursiva e campo de disputa, resgatando o potencial formativo da Biologia como ciência da vida e como espaço de reflexão sobre as relações entre conhecimento, sociedade e natureza.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, que integra a fase inicial de construção de nosso projeto de doutorado e fundamentação teórico-metodológica da pesquisa, buscou situar o ensino de Biologia no contexto contemporâneo das políticas curriculares brasileiras. Tal abordagem se mostra relevante diante das transformações recentes que vêm redefinindo o lugar da disciplina no currículo escolar, reduzindo-a, muitas vezes, a um simples “componente curricular” inserido em uma “área de conhecimento”. Essa mudança não se restringe à terminologia: ela reflete uma reconfiguração mais ampla do papel do conhecimento científico e da docência, alinhada às diretrizes neoliberais que têm orientado as reformas educacionais nas últimas décadas.

Os achados preliminares do levantamento bibliográfico, realizado na forma de um estado da arte, permitem afirmar que o ensino de Biologia, no Brasil, tem sido historicamente condicionado por diferentes projetos societários e políticas educacionais. Durante o regime militar, prevaleceu um modelo curricular de caráter tecnicista, que priorizava a eficiência e o controle em detrimento da formação crítica. Esse modelo restringiu a autonomia docente e consolidou uma visão instrumental da disciplina, reduzindo-a à mera transmissão de conteúdos voltados à produtividade e à formação para o trabalho (Nascimento Filho; Almeida; Oliveira, 2021).

Nas produções mais recentes, sobretudo após a promulgação da Lei nº 13.415/2017 e a implementação da BNCC, novas críticas emergem em torno da desdisciplinarização e da marginalização da Biologia, agora subsumida a macrotemas amplos da área de Ciências da Natureza. Conforme apontam Machado e Meirelles (2020), esse processo de flexibilização curricular tem levado à perda de identidade epistemológica e pedagógica da disciplina, substituindo a centralidade dos conteúdos científicos por competências genéricas e instrumentais.

Essa tendência expressa a incorporação da racionalidade gerencial e performativa ao currículo (Laval, 2019), que transforma o conhecimento em mercadoria e o estudante em “empreendedor de si mesmo”. Assim, o ensino de Biologia passa a ser orientado por métricas de desempenho e por exigências de empregabilidade, afastando-se de seu potencial formativo crítico e reflexivo.

As categorias emergentes da análise — fragilização curricular, subordinação às avaliações externas e formação de subjetividades neoliberais — serão aprofundadas na próxima etapa da pesquisa, por meio da análise documental do CRMS. Busca-se compreender como



essas disputas discursivas se materializam no documento e de que forma o ensino de Biologia é ressignificado em sua estrutura e finalidades.

Conclui-se, portanto, que o ensino de Biologia encontra-se em um momento de inflexão. Recuperar sua autonomia disciplinar e seu potencial formativo crítico constitui não apenas uma tarefa acadêmica, mas também política e ética, necessária à construção de uma educação científica comprometida com a vida, a sustentabilidade e a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16 fev. 2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2017.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas referem “estado da arte”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, n. 79, pág. 257-272, ago, 2002.

FERREIRA, E. B. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.293-308, abr-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJtcGHM/?lang=pt&format=pdf>.

FRANZI, J. Projeto de vida das juventudes brasileiras na reforma do ensino médio: analisando a proposta. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, p. 49-67, 2020. Edição especial.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília, DF: CNPq, 2015.

LAVAL, C. **Foucault, Bordieu e a questão neoliberal**. São Paulo: Elefante, 2019.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen & MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas Educacionais: questões & dilemas**. São Paulo: Cortez, 2014.



MACHADO, M. H.; MEIRELLES, R. M. S. Da “LDB” dos anos 1960 até a BNCC de 2018: breve relato histórico do ensino de Biologia no Brasil. **Debates em Educação**, [S.l.], v.12, n.27, p.163-181, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n27p163-181. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/8589>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento:** teoria e prática. Editora CRV, Curitiba, pág. 19-41, Abril, 2021.

NASCIMENTO FILHO; P. G. F. do, ALMEIDA; S. M. N. de; OLIVEIRA, V. P. de. O ensino de Biologia no Brasil: décadas 1970 a 2010: **Ensino Em Perspectivas**, 2(3), 1–12, 2021.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, 2004. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae153020042148>.

SANTOS, M. A. L. dos; ANDRADE, J. A. de. A Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC-FP) e a primazia da pedagogia das competências nos currículos das licenciaturas. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Bomfim. **Formação docente e currículo:** conhecimentos, sujeitos e territórios. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021 (p. 147-161).

